



UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

O grande sonho da sociedade brasileira é a igualdade entre seus membros. Os judeus viveram sete anos em regime de discriminação e trabalhos forçados. Foram tratados com desumanidade. Recentemente, conseguiram convencer a sociedade mundial de que aquela escravidão foi um **atentado à Ética**. Conseguiram implantar **Ações Afirmativas** que **compensaram e compensam com indenizações**, até hoje, a todos os seus descendentes vítimas dos sete anos de trabalhos forçados. Mais de 4 bilhões de dólares são destinados anualmente para este fim. O povo afrodescendente viveu no Brasil, aproximadamente, 350 anos de discriminação e trabalhos forçados. Para nós, brasileiros, aquela escravidão foi ou não um **atentado à Ética**? Por termos convicção de que foi um atentado e, por sabermos da grande população afrodescendente que possuímos (45,3% IBGE-2000), a sociedade brasileira, sabiamente, está optando por **políticas de inclusão**, como forma de indenização.

a) AÇÕES AFIRMATIVAS: OPÇÃO PARA O BRASIL?

O Brasil já adota as Políticas de Ações Afirmativas em vários setores. Toda sociedade, até então, a tem acolhido com grande simpatia e sem polêmica. Constatamos que os Partidos Políticos discriminavam as mulheres: criamos cotas de 30% para as mulheres. Em 1992, antes das cotas, tínhamos 176 mulheres prefeitas e, após a implantação das cotas, em 1996, pulamos para mais de 300 mulheres prefeitas. Tínhamos aproximadamente 1700 mulheres vereadoras e, após as cotas, subimos para mais de 5.000 mulheres vereadoras! As Empresas, por livre iniciativa não se interessavam em empregar portadores de deficiências: implantamos uma lei e esta injustiça está sendo corrigida. O salário do trabalhador brasileiro é injusto: criamos a lei do vale transporte, vale refeição, vale cesta básica, etc. O trabalhador tem a compensação de não ser obrigado a tirar do seu salário estes gastos. Tudo isto visa compensar aqueles grupos de pessoas por perdas que a sociedade entende que sofreram. Esta é a proposta das várias leis de Ações Afirmativas aplicadas em várias partes do mundo. No Brasil, estas Ações Afirmativas foram introduzidas sem usar este nome e, quase não foram percebidas pelo povo. Por que, agora, está criando polêmica? Porque agora estamos mexendo com privilégios de alguns das classes média e alta.

Segundo pesquisa do IPEA-2001, todas as Políticas Públicas implantadas no Brasil desde 1929 até hoje, não conseguiram resolver a questão da diversidade étnica no acesso à educação. A diferença de anos de estudos dos afrodescendentes permanece a mesma, desde 1929 comparativamente aos eurodescendentes do Brasil. Nunca as classes política, intelectual e empresarial tiveram coragem suficiente para atacar a raiz deste problema gerado **pelos mais de 350 anos de escravidão**. Pela primeira vez na história do Brasil, o Poder Público resolveu ouvir o apelo dos grupos organizados e começou a atacar a raiz do problema.

As multinacionais Motorola do Brasil SA, Jonhson & Jonhson, Levi Strauss do Brasil Ltda., etc., tentaram criar um programa de diversidade étnica para a contratação de empregados, nas filiais brasileiras. Encontraram dois obstáculos: a oposição dos executivos retrógrados do Brasil e, a falta de pessoas afrodescendentes e índiosdescendentes preparadas pelas Universidades Públicas brasileiras. O mesmo perigo pode ser repetido dentro da UERJ. Muitas pessoas, inclusive bons professores, intelectuais de esquerda, têm uma visão ingênua quando o assunto é garantir oportunidades iguais para os diversos grupos étnicos.

A Ação Afirmativa chamada de cotas é a solução mais eficiente? Desafiamos a academia, os políticos, etc., a apresentarem outros instrumentos com comprovada eficácia em nossa sociedade e, seríamos imediatamente contra o sistema de cotas.

b) MERITOCRACIA X CAPACIDADE

A meritocracia é uma das formas de corrupção disfarçada que setores da sociedade brasileira usam para **desviar o dinheiro público para "os mesmos"**. Como? Se colocarmos duas pessoas para disputar uma corrida e, para uma damos acesso aos melhores treinadores, boa alimentação, equipamento técnico e deixamos a outra abandonada à própria sorte, quem vai ser a vencedora? Assim é a Universidade Pública: ela sabe que um setor foi privilegiado no acesso ao acúmulo de saber. **As Universidades partem de uma falsa igualdade** e têm a coragem de dizer que os que entram, o fazem por mérito pois prestaram o mesmo vestibular. Deveríamos ter vergonha em permitir a continuação deste falso e injusto sistema de mérito. Qual é a solução? É corrigir rapidamente este erro de interpretação. **O vestibular deve medir capacidade e não acúmulo de saber acadêmico e, o Estado, deve investir com coragem, na melhoria do ensino público fundamental e médio. Como consertar o estrago realizado com os que já saíram do Ensino Médio?** A Ação Afirmativa, adotada por mais de 30 países e, agora pelo



Governo Federal (20%) e Estado do Rio de Janeiro, através da UERJ (40%), é a única experiência de sucesso comprovado, em curso no mundo. Ela deve ser adotada apenas pelo período necessário para a correção das conseqüências dos erros do passado. A cota para afrodescendentes e alunos da rede pública é **ética, honesta e justa** e beneficiará também os índios descendentes, que estão na rede pública de ensino. Ela ataca um erro já cometido e, desperta a sociedade para não permitir que este erro se perpetue. Só isto. É o Brasil corrigindo, com ética, uma história de injustiça.

c) AÇÕES AFIRMATIVAS: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Há pessoas argumentando que esta forma de Ação Afirmativa vai colocar na Universidade alunos incapazes. Esta afirmação corre o risco de ser uma perversidade ou, desconhecimento da realidade. Vamos refletir a partir de uma experiência bem perto de nós: a Puc - Rio, desde 1993, acolheu uma parceria para conceder bolsas de estudo à pessoas pobres, acompanhadas e apresentadas pelos trabalhos da Pastoral do Negro. Naquele primeiro ano foram concedidas 4 bolsas. As condições básicas apresentadas pela PUC foram: estar ligado a um trabalho comunitário e **passar no vestibular da entidade.** Só dois públicos prestam o vestibular da PUC: os ricos que podem pagar e, os pobres que estão ligados aos trabalhos comunitários; logo, a disputa candidato/vaga é pequena e, muitos, mesmo vindo da rede pública, passam. Hoje, nove anos depois, só através da Pastoral do Negro (Entidade EDUCAFRO), a PUC Rio já concedeu bolsas de estudo para 565 pessoas!!! A média acadêmica destes alunos bolsistas, por amostragem, é superior à média dos pagantes!!! Como se explica isto? Fácil: os alunos, mesmo vindo da rede pública e, sendo 90% afrodescendentes recebendo uma oportunidade, provam que têm capacidade. É, justamente isto, o que falta para os pobres e afrodescendentes nas Universidades Públicas: terem oportunidades para provar que são capazes.

As famosas “notas de corte,” adotadas pelo vestibular da USP e outras Universidades no Brasil, é mais um instrumento para afastar os pobres, (vítimas do ensino público), das Universidades Públicas. Segundo um Doutor da USP, se todos os Doutores daquela excelente Universidade fossem submetidos ao último vestibular da Instituição, 80% ficariam reprovados. Com isto, ele quis provar que o atual método para dizer quem pode e quem não pode entrar nas Universidades Públicas está totalmente equivocado. O conteúdo dos vestibulares públicos corre o perigo de ser conteúdo descartável. Passa a ser uma excelente ferramenta para eliminar os pobres e afrodescendentes, que não tiveram acesso a conteúdos complexos e cheios de “macetes”, ministrados nos cursinhos caros, mas têm capacidade, que não é medida pelos vestibulares. Quem ganha com isto?

O Brasil, com certeza, está jogando no lixo talentos, unicamente por serem pobres e afrodescendentes. Não queremos ser coniventes com este erro e por isto aceitamos escrever este artigo para o Jornal da UERJ. A Reitora da UERJ, o novo Reitor da UFRJ, da USP e outros Reitores, fazem parte de um time novo e corajoso de pessoas nesta importante função e irão reunir forças em suas equipes para ouvir estes clamores e atacar este câncer que se chama “**sistema de acesso às Universidades Públicas**”. É um sistema injusto e viciado. Os Reitores que se orientam pela Ética, usarão a autonomia universitária para “colocar o dedo nesta ferida” e não deixarão passar seus mandatos sem mexer neste sistema, gerador de tantos males para a sociedade pluri-étnica brasileira que tanto amamos.